

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



Mensagem ao Congresso Nacional 1997
Na Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

VIII. SETOR PRODUTIVO

Agricultura

Indústria

Turismo

Recursos Hídricos e Irrigação

Mineração

A despeito do seu grande potencial mineral, o desempenho da indústria de mineração brasileira ainda se mantém, apesar de grandes progressos havidos, muito aquém de suas reais potencialidades, fato que se devia à estagnação da produção, por fatores conjunturais de mercado, e à acentuada queda de investimentos registrada nos últimos anos. A média anual de investimentos em exploração mineral, da ordem de US\$ 160 milhões na década de 80, caiu, entre 1990 e 1994, para cerca de US\$ 50 milhões.

Por Emenda Constitucional, foram eliminados esses óbices à participação do capital estrangeiro e, pela via ordinária, modificou-se a legislação tributária relativa ao imposto de renda das pessoas jurídicas, o que conferiu maior atratividade aos investimentos no setor.

As metas para a indústria, previstas no Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro, no horizonte até 2010, implicam necessidade de investimentos da ordem de 4 bilhões de reais, em prospecção e pesquisa mineral, e de 31

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



bilhões de reais, para a expansão da produção nacional, o que asseguraria a elevação de nossa produção mineral, exceto petróleo, dos atuais 7 bilhões de reais anuais, para algo em torno de 18 bilhões de reais por ano.

Para serem alcançados os objetivos preconizados, a política brasileira para o setor mineral vem contemplando e atribuindo prioridade à modernização e ao redimensionamento de seus órgãos setoriais, com o fortalecimento do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, órgão gestor dos recursos minerais no País, e a consolidação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM como Serviço Geológico do Brasil.

Está em curso um amplo processo de simplificação do marco legal, com revisão da legislação mineral, a partir da introdução de alterações no atual Código de Mineração, visando ao seu aperfeiçoamento e a um novo arcabouço legal para o setor. As políticas de promoção da indústria mineral conferem ênfase aos aspectos de produtividade, competitividade, integração ao desenvolvimento regional e redução do impacto ambiental, alcançando aspectos relacionados à tributação, comércio exterior, tecnologia, recursos humanos, pequena mineração e garimpagem, entre outros.

Com vistas à ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, foram retomados os trabalhos de levantamentos geológicos básicos (de uso múltiplo) e estudos específicos enfatizando distritos mineiros prioritários, com enfoques distintos entre a região amazônica e o restante do território nacional.

Dentro da diretriz de simplificação de procedimentos e redução de custos, cabe destacar:

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



a edição da Lei nº 9.314/96, que promoveu importantes alterações no Decreto-lei nº 227/67 (Código de Mineração), facilitando o acesso e o investimento nas áreas de pesquisa e produção mineral, através de medidas de desburocratização e o fortalecimento do DNPM, com instrumentos eficazes para inibir a especulação;

a promulgação da Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, reduzindo substancialmente a carga tributária das exportações de bens minerais primários e semi-elaborados, conferindo maior competitividade para esses produtos, o que deverá induzir o aumento de produção para venda no mercado externo.

A política mineral de reabertura ao capital estrangeiro e de reestruturação dos órgãos e instrumentos para o desenvolvimento do setor já demonstra seus efeitos, com a retomada do crescimento da produção. É bastante mencionar que os investimentos em prospecção e pesquisa mineral no País, que em 1995 haviam atingido 73 milhões de reais, em contraposição ao nível mínimo de R\$ 45 milhões registrado em 1991 e à média de R\$ 50 milhões verificada nos últimos 5 anos, superaram 100 milhões de reais e deverão atingir os 250 milhões de reais a partir de 1998.

Como políticas setoriais específicas, foram criados, em conjunto com a iniciativa privada, o Programa Brasileiro para Desenvolvimento do Setor de Gemas e Metais Preciosos e o Programa Brasileiro para o Desenvolvimento do Setor de Rochas Ornamentais. O objetivo é aumentar a contribuição desses dois setores na geração de empregos, de renda e de divisas de exportação.

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



No âmbito do Mercosul, o Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Minas e Metalurgia e de seus órgãos e entidades vinculadas, vem conferindo forte ênfase ao desenvolvimento de estudos e projetos que facilitem o intercâmbio de bens minerais e conhecimento científico e tecnológico entre os Estados-Partes, de forma a aproveitar as complementaridades existentes em seus setores minerais e fortalecer as operações comerciais desse bloco com o resto do mundo.

Estão em fase avançada de execução o estudo comparativo da legislação mineral dos Estados-Partes, o Sumário Mineral do Mercosul, além do estudo das medidas não-tarifárias que inibem ou restringem o comércio intrazonal de bens minerais. Foi também concluído o cadastro de instituições de geologia e mineração dos países envolvidos.

Os sistemas de outorga, controle e fiscalização de concessões minerárias estão sendo informatizados e as suas rotinas racionalizadas e simplificadas, permitindo o desenvolvimento de ações descentralizadas, com maior eficiência. O passivo burocrático, que historicamente tem favorecido a ação de especuladores e de outros agentes estranhos à atividade minerária, vem sendo atacado. Por intermédio da regulamentação e aplicação de dispositivos legais em vigor, foram instaurados 5.225 processos de caducidade de títulos minerários de pessoas físicas e jurídicas que estavam inadimplentes com suas obrigações de concessionários, mantendo em seu poder vastas reservas de território, sem contudo desenvolver trabalhos de pesquisa ou produção, retardando o desenvolvimento dos recursos disponíveis e entulhando os arquivos e sistemas de controle do DNPM. Tais processos já resultaram no cancelamento de 580 alvarás de pesquisa

O MERCÚRIO (Matérias Relacionadas)



Ao lado dessa importante ação moralizadora, merece destaque a publicação de cerca de 6.000 alvarás de pesquisa, superando em 85 % a média verificada no período 1986 — 1994 (3.237 alvarás por ano).

Visando enfrentar as questões estratégicas que se impõem no cenário de retomada do desenvolvimento minerário e de mudanças estruturais na ação de Governo Federal, o DNPM vem estimulando a formação de parcerias com Governos estaduais para o fomento e a fiscalização das atividades minerárias. Ademais, vem implementando programas especiais voltados para a pequena mineração, objetivando a minimização de seus impactos ambientais negativos, com ênfase no problema da contaminação por mercúrio decorrente do garimpo desorganizado e a legalização das atividades informais, predominante tanto no garimpo de gemas e ouro quanto no meio urbano, na extração de materiais de emprego na construção.

A CPRM, transformada em empresa pública e responsável pelo Serviço Geológico do Brasil, vem redirecionando suas atividades no sentido de concentrar-se no levantamento de recursos minerais e hídricos e do potencial de recursos naturais.

Esses levantamentos geológicos básicos vêm sendo desenvolvidos em todo o País, com ênfase na região amazônica, área de grande potencial mineral, mediante o Projeto Especial Província Mineral do Tapajós, que beneficiará uma comunidade de mais de 90.000 garimpeiros e uma dezena de empresas de mineração, com informações básicas sobre os depósitos minerais, especialmente ouro, em área com cerca de 100.000 km². São importantes ainda os projetos Leste de Minas Gerais, com cerca de 75.000 km², realizado em convênio com o Governo de Minas Gerais, e Sudoeste de Goiás, em convênio com o Governo de Goiás, abrangendo

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



grandes extensões territoriais, com poucas informações sobre recursos minerais e hídricos, necessários a novos investimentos.

De grande interesse nacional têm sido os projetos do Programa GATE-Gestão e Administração Territorial, executados com secretarias estaduais e prefeituras e que dão um tratamento multidisciplinar aos problemas, incluindo-se questões ambientais. As ações desenvolvidas nesses projetos beneficiaram cidades nos Estados de Rondônia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, bem como o Projeto de Integração Mineral em Municípios da Amazônia — PRIMAZ, alcançando cidades do sul do Pará e dos Estados do Amapá e de Rondônia, estando prevista para 1997 a sua extensão à toda região amazônica.

A Companhia Vale do Rio Doce — CVRD obteve uma produção de 97 milhões de toneladas de minério de ferro e vendas globais desse minério e de pelotas ao redor de 103 milhões de toneladas, gerando receita de 1,8 bilhão de reais. Em 1997 a CVRD deverá vender o equivalente ao recorde alcançado para esses produtos no exercício de 1995 (106 milhões de toneladas), fazendo com que a receita esperada, de 1,9 bilhão de reais, corresponda a um crescimento de 6 % no período 1996/1997. Além disso, ao produzir cerca de 18 mil kg de ouro (10,5 % a mais que no ano anterior), consolidou-se como a maior produtora do metal da América Latina.

Simultaneamente ao seu processo de privatização, que visa ampliar as sinergias de suas operações e de valorizar ainda mais os seus ativos, a CVRD experimentou, nesses dois anos de Governo, grande impulso na sua extensa e diversificada cadeia de operações e negócios, no País e no exterior, sendo de destacar as seguintes realizações:

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



início de operação da Pará Pigmentos S. A., em Ipixuna (PA), com investimentos de 185 milhões de reais, em associação com capitais nacionais e estrangeiros, tendo capacidade para produzir, em sua primeira etapa, 600 mil toneladas de caulim por ano, material de revestimento utilizado na indústria de papel;

continuidade à implantação de Usina de Pelotização de Minério de Ferro, no Complexo de Tubarão, em Vitória (ES), com capacidade para produzir 4 milhões de toneladas de pelotas por ano, em associação com a empresa coreana Pohang Iron and Steel — Posco, representando investimento global estimado de 215 milhões de reais, com início previsto para meados de 1998;

realização, no Sistema Sul, de investimentos de 110 milhões de reais, para abertura da mina de Brucutu, em Itabira (MG) (com produção, a partir de janeiro de 1998, de 5 milhões de t de minério de ferro por ano, visando atender ao aumento de demanda ocasionado pela Kobrasco), bem como ampliação do transporte ferroviário do eixo Goiás-Minas Gerais-Espírito Santo, com a construção da 2ª etapa da Variante Costa Lacerda-Capitão Eduardo;

construção do sistema de correias, na mina de Carajás, para o transporte de minério não-beneficiado (ROM) até a usina de beneficiamento, com investimentos de 29 milhões de reais;

prosseguimento, através de consórcio com empresas nacionais, públicas e privadas, da construção da Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, com capacidade de geração de 210 MW e investimentos globais previstos de 246 milhões de reais. A energia gerada, a partir de 1998, deverá abastecer as instalações industriais das empresas do consórcio;

arrendamento por trinta anos da malha ferroviária da região Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal, liderando um consórcio de empresas nacionais e estrangeiras, participantes do processo de privatização do trecho, através da empresa Ferrovia Centro-Atlântica: são 7.080 km de ferrovia com capacidade de transporte

O MERCÚRIO (Matérias Relacionadas)



de 15.600 000 t por ano, de grande importância para a CVRD, devido à interligação que promove com a Estrada de Ferro Vitória a Minas;

assinatura de acordo com a Mineração Morro Velho para implantação, no Estado do Pará, do projeto Cobre-Salobo, com investimentos globais na ordem de 1,5 bilhão de reais e produção anual prevista de 200 mil toneladas de cobre, 8 toneladas de ouro e 36 toneladas de prata;

início de lavra, a céu aberto, de duas minas de ouro: Caeté (MG) e Palmas (TO). A primeira começou a operar em junho, com produção anual de 760 kg e investimentos realizados da ordem de 15 milhões de reais. A segunda teve sua produção iniciada em janeiro, com capacidade anual de 900 kg e investimentos de 20 milhões de reais. Prevê-se, numa segunda etapa em mina subterrânea, a produção adicional de 3.100 kg por ano, a partir de outubro de 1997, com um investimento complementar de 50 milhões de reais;

término da ampliação de 400 mil para 500 mil toneladas por ano da capacidade de produção de cloreto de potássio na Unidade Operacional Taquari-Vassouras, a 45 km de Aracaju (SE), com investimentos totais de 12 milhões de reais.

São previstas para 1997 as seguintes realizações e projetos:

colocação em operação, no final de 1997, no Complexo de Tubarão, em Vitória (ES), de terminal portuário especializado para atender a demanda e manuseio de cereais, fertilizantes, granéis líquidos e cargas gerais (produtos siderúrgicos, celulose, madeira e outros), na região de influência da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da Rede Ferroviária Federal, com capacidade anual para 4,5 milhões de toneladas. O investimento total estimado é de 62 milhões de reais;

finalização de providências necessárias à construção do segmento ferroviário entre Unaí e Pirapora, em Minas Gerais, em associação com capitais privados. O trecho (que está inserido na malha

O MERCÚRIO

(Matérias Relacionadas)



Centro-Leste, arrendada pelo consórcio do qual a empresa faz parte), tem 250 km de extensão, investimento total previsto de 250 milhões de reais e completará o corredor de exportação de grãos do Centro-Oeste para o Porto de Tubarão (ES); ampliação, no Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís (MA), do pátio de estocagem e embarque e duplicação da linha de embarque de minério, com investimentos previstos de 31 milhões de reais e início das operações no 1º trimestre de 1998; prosseguimento dos trabalhos de pesquisa de ouro no projeto Serra Leste, com conclusão prevista para abril de 1997, objetivando o detalhamento geológico dos corpos mineralizados e de levantamento de parâmetros geomecânicos do maciço onde se instalará a mina. Com isso, será possível ter dados mais precisos sobre as reservas de ouro, inicialmente estimadas em 150 mil toneladas.

Fonte: (www.presidencia.gov.br)